

Notícia Histórica dos Castelos Branco do Ceará e Paraíba

Luís Edgar de Andrade

O século 17 estava no fim — corria o ano da graça de 1663 — quando o primeiro Castelo Branco chegou ao Brasil, para ficar. Era o fidalgo português Dom Francisco da Cunha Castelo Branco, irmão mais novo do então Visconde de Castelo Branco e Conde de Pombeiro, Dom Pedro de Castelo Branco.

O pioneiro da família trouxe para o Brasil mulher e três filhas. Tinha sido, em Lisboa, tesoureiro real. E foi parar, por força do destino, onde não tinha pensado ir: o sertão do Piauí. O navio em que ele viajava de Pernambuco para o Maranhão naufragou no litoral maranhense. A mulher morreu no naufrágio. Ele e as filhas se salvaram com a roupa do corpo. Depois da tragédia, Dom Francisco tomou a decisão de refazer a vida, como criador de gado, em Campo Maior, no Piauí.

As filhas se casaram e lhe deram netos. O sobrenome Castelo Branco sobrepujou o Almeida e o Rego Barros dos genros. Os descendentes são hoje mais de cinco mil, espalhados pelo país. Um deles, o Presidente Castelo Branco, filho de pai piauiense e mãe cearense, pertenceu à oitava geração dos netos desse português que naufragou na costa do Maranhão.

Mas, antes de Dom Francisco da Cunha Castelo Branco, outros parentes deixaram, de passagem, a marca em nossa história colonial, sem deixar descendentes no Brasil. Foi o caso de Simão Castelo Branco, companheiro de Vasco Fernandes Coutinho, donatário

rio da capitania do Espírito Santo. Ele chegou a Vitória em 1540. Tendo substituído o donatário no governo da capitania, acabou morto pelos índios, em combate.

Ao longo do século 17, três outros Castelos Brancos passaram no Brasil. Em 1616, Francisco Caldeira Castelo Branco funda Belém do Pará, no delta do rio Amazonas. Em 1624, é a vez do pai de nosso herói, Dom Francisco: Antônio de Castelo Branco, décimo-segundo Senhor de Pombeiro, participa da expedição portuguesa contra os holandeses na Bahia e na viagem de volta morre no navio. Em 1651, mais um: Bento Ferrão Castelo Branco, nomeado governador da capitania de São Vicente.

O primeiro Castelo Branco que chegou ao Ceará, vindo d'além-mar, não tinha, à primeira vista, sinais de nobreza, nem parentesco próximo com os Castelos Brancos já estabelecidos no vizinho Piauí. Foi o português Matias Pereira Castelo Branco, tenente-coronel de milícias, meu quinto avô materno.

Não se sabe, ao certo, em que ano ele nasceu, nem quando ele veio, solteiro, para o Brasil. Sabe-se, com certeza, que a mulher dele nasceu, no Ceará, em 1715. Com base nessa data, supõe-se que Matias Pereira Castelo Branco tenha nascido uma geração depois de Francisco da Cunha Castelo Branco, o fidalgo português que se fixou no Piauí em 1693. A chegada de meu quinto avô deve ter sido por volta de 1730.

Um especialista em povoadores do Ceará, o historiador Raimundo Girão, no livro *Montes, Machados e Girões* cita o Tenente-Coronel Matias como natural de Viseu, em Portugal. Outro historiador, nosso parente Vinícius Barros Leal, tem cópia de um assentamento paroquial de Aquiraz, em que o mesmo Matias figura como nascido em Coimbra. É que a freguesia de Viseu, explica Vinícius, fazia parte da diocese de Coimbra.

Tudo isso contradiz a tradição oral da família, no Ceará, registrada nos apontamentos genealógicos de meu bisavô materno, o Bacharel Antônio Benício Saraiva Leão de Castelo Branco, bisneto de Matias. O velho Benício deixou escrito que Matias nasceu na cidade de Ponta Delgada, nos Açores. Segundo essa fonte, ele era filho de João Correia Vieira (ou João Correia Ribeiro) e de Dona Maria Cardoso de Távora, ambos nascidos na cidade de Castelo

Branco, em Portugal, de onde se mudaram para os Açores. A procedência do casal pode explicar o sobrenome Castelo Branco do filho Matias — supostamente acrescentado em homenagem à cidade natal.

Mas, como Matias se chamava por extenso Matias Pereira Castelo Branco, é possível que fosse descendente do português Baltazar Pereira Castelo Branco, um fidalgo que o Rei Felipe III da Espanha, em 1615, durante o domínio espanhol de Portugal, nomeou capitão-mor da Guiné Portuguesa, na África.

Chegando ao Brasil, Matias se casou com a cearense Emerenciana Correia Barbalho, cujo batistério é conhecido: ela nasceu em Quixeramobim, em 15 de fevereiro de 1715. Emerenciana era filha de Pascoal Correia Vieira, nascido em 1686, e de Ponciana de Sousa Barbalho. Pascoal, por sua vez, era filho de Nicolau Correia e Custódia Vieira. O historiador Fernando Câmara dá Emerenciana como irmã de João Correia Vieira (ou João Correia Ribeiro), pai de Matias. Nesse caso, ela seria tia do marido, o que não significa necessariamente que Matias fosse mais novo que a mulher.

Em 1755, Matias morava na cidade de Quixeramobim: em setembro desse ano, ele foi nomeado tutor de um órfão, num processo de inventário, conforme documento encontrado no Cartório Câmara de Quixeramobim. Cinco anos mais tarde, em 1760, figura como padrinho num batizado em Aquiraz. Em 1763, outro batizado, agora em Baturité, e o sacristão o dá como morador em Banabuiú.

O casal Matias-Emerenciana, tronco dos Castelos Brancos do Ceará e da Paraíba, teve 11 filhos que se casaram nas famílias Saraiva Leão, Costa Leitão, Gomes Barreto e Pimenta de Aguiar. O mais velho dos filhos, o Capitão de Milícias Antônio Pereira Castelo Branco, casou-se com Francisca Maria Leitão, minha quarta avó.

Essa Dona Francisca, apesar do sobrenome Leitão, vinha a ser, ao mesmo tempo, autêntica Saraiva Leão e autêntica Bezerra de Menezes, o que é fácil de explicar para quem leu os trabalhos genealógicos do historiador Eduardo Bezerra Neto. Dona Francisca tinha como irmão o rico fazendeiro Antônio Saraiva Leão (1746-1831), o Papai-Saraiva, dono de terras na Barra do Sitiá e tronco da família Saraiva Leão. Albina Ferreira do Soveral, mãe deles

dois, era bisneta do casal Bento Rodrigues Bezerra-Petronila Velho de Menezes, cujos filhos assumiram o sobrenome composto Bezerra de Menezes, famoso em todo o Nordeste. Portanto, na primeira geração cearense, os Castelos Brancos já se unem pelo casamento aos Bezerras de Menezes e Saraivas Leão, formando uma só família. Daí em diante, de geração em geração, por duzentos anos, haveriam de se repetir os casamentos consanguíneos dos primos Castelo Branco-Saraiva Leão-Bezerra de Menezes.

O Capitão de Milícias Antônio Pereira Castelo Branco e sua mulher Francisca Maria Leitão tiveram treze filhos, que se casaram — tal como os tios — nas famílias Costa Leitão, Gomes de Aguiar, Pinheiro (um ramo dos Bezerras) e, naturalmente, Saraiva Leão.

A filha caçula, Teresa Antônia de Maria Seja Castelo Branco, Mãe-Teté, se casou com um primo legítimo, João Batista da Costa Coelho, o Pai-Joãozinho, que viveu de 1794 a 1892. Pai-Joãozinho, apesar do sobrenome Costa Coelho, nada mais era que o filho mais novo do Tenente-Coronel de Milícias Antônio Saraiva Leão, o Papai-Saraiva. Ganhou o nome completo em homenagem ao avô materno, o rico comerciante português João Batista da Costa Coelho. Papai-Saraiva deu o golpe do baú, desposando Ana Batista, a filha natural do homem mais endinheirado do Aquiraz. O jovem João Batista, recém-casado, deixou o Ceará, rumo à Paraíba, e desbravou a região de Brejo do Cruz, no município de Catolé do Rocha, onde teve muitas fazendas.

Um dos seis filhos de Pai-Joãozinho, o Bacharel Antônio Benício Saraiva Leão de Castelo Branco (1823-1920), meu bisavô materno, nascido na Paraíba e formado na décima-quarta turma da Faculdade de Direito de Olinda, fez a viagem de volta ao Ceará: casou-se, em Quixeramobim, com uma cearense, e nunca mais voltou à Paraíba. A cearense era da mesma família da avó Francisca: Maria Alexandrina Bezerra de Menezes, Mãe Xandrina, irmã do Desembargador Francisco de Assis Bezerra de Menezes e neta do revolucionário Antônio Bezerra de Sousa Menezes, que chefiou a Confederação do Equador, em Fortaleza, e foi condenado à morte em 1824 — pena depois convertida por Dom Pedro I em degredo no Maranhão. Pai-Benício foi o primeiro juiz de Direito de Batu-

rité, elegeu-se deputado provincial e chegou a presidente da Assembléia, em Fortaleza.

O único irmão homem do bacharel Antônio Benício, o fazendeiro Sabino Benício Saraiva Leão, ficou na Paraíba, mas também se casou com uma cearense, a prima Maria Brasileira, da família Andrade, de Quixeramobim. Maria Brasileira era filha de meu trisavô paterno, Plácido Francisco de Assis Andrade. Os filhos de Sabino e Maria Brasileira, cuja numerosa descendência hoje se espalha pela Paraíba e o Rio Grande do Norte, com ramificação no Rio de Janeiro, perderam o sobrenome Castelo Branco.

A perda do sobrenome também aconteceu no ramo Fonseca Saraiva da família: os descendentes cariocas de Auta Felismina, uma das irmãs do Dr. Benício, que ficou na Paraíba. Ela se casou, na fazenda de Pai-Joãozinho, com o paraibano Gervásio Antônio Alves Pequeno. Gervásio trouxe a tuberculose que devastou a família: morreu com 38 anos, em 1866. Quatro anos depois, morreu a viúva, com a mesma doença. Ficaram três criancinhas órfãs: Maria Auta (a Cachopinha), Ana Carolina (a Nana) e Antônio Gervásio (o Totô). Conheci as duas, em Quixeramobim, quando menino: velhinhas e solteiras, recebendo todo mês o dinheiro que o irmão mandava do Rio. Totô, Antônio Gervásio Alves Saraiva, se formou em Direito no Recife e fez carreira de advogado no Sul, tendo se casado com Emília Fonseca, sobrinha do Marechal Deodoro, proclamador da República, e prima do Presidente Hermes da Fonseca.

A permanência do sobrenome Castelo Branco na geração atual dos Saraivas Leão se deve a um dos filhos do Dr. Benício, o fazendeiro Antônio Benício Filho, de Salva-Vidas, Quixeramobim, meu tio-avô, que morreu em 1952, com 93 anos. Ele teve o cuidado de registrar os filhos com o sobrenome da avó, Teresa Antônia. Um deles, o médico otorrinolaringologista João Benício Castelo Branco, vive há 50 anos em Araçatuba, São Paulo. Os filhos do Dr. Castelo estão espalhados na região Noroeste de São Paulo e em Mato Grosso do Sul. Quando perguntam a ele, vivo e fagueiro, quantos anos tem, costuma desconcertar o perguntador: "Estou marchando para os cem..."

São assim os Castelos Brancos: longevos, prolíficos e apegados à família. Um dos netos do Dr. Benício, o médico João Batista Saraiva Leão, fundador da Faculdade de Medicina do Ceará, que morreu em 1977, com mais de 80 anos, deixou escrito um curioso perfil do avô. Já cego, com catarata nos dois olhos, Pai-Benício ia tomar banho no rio Putiú, em Baturité, a mão no ombro do neto de dez anos, órfão de pai. Enquanto caminhavam, o velho de barbas brancas recitava, como o poeta grego Homero, que também era cego, a genealogia da família, até o décimo quarto avô, com toda a descendência e o nome de cada um. No fim, sabatinava o menino;

— Dona Fulana de Tal era casada com quem? E quantos filhos teve o casal?

Se o menino não respondia certo, a lição recomeçava.

Meu bisavô tinha os nossos vizinhos, os Castelos Brancos do Piauí, como parentes. Era um sentimento de parentesco, sem provas, em que se misturavam intuição, *wishingfull-thinking* e tradição oral. O saudoso primo João Saraiva, como lembrá Fernando Câmara, ouviu muitas vezes Pai-Benício fazer a ligação de Matias Pereira Castelo Branco com o escritor português Camilo Castelo Branco.

A história dos Castelos Brancos do Piauí está documentada em três livros fundamentais: *Apontamentos Genealógicos de Dom Francisco da Cunha Castelo Branco, seus Ascendentes e Descendentes*, impresso no Rio em 1926 por Raul Fausto Castelo Branco Barreto e outros, *Uma Família na História*, de Lena Ferreira Costa, professora da Universidade Federal de Goiás, e *Os Castelos Brancos d'Aquém e d'Além-Mar*, do escritor e publicitário Renato Castelo Branco. Em nenhum dos três, o ramo cearense da família está mencionado, o que é explicável: quase trezentos anos e a Serra da Ibiapaba nos separam.

Em termos racionais, para que sejamos parentes, só é preciso determinar a ligação genealógica entre o Tenente-Coronel de Milícias Matias Pereira Castelo Branco, chegado ao Ceará no começo do século 18, e Dom Francisco da Cunha Castelo Branco, estabelecido no Piauí desde o fim do século 17. Não há, por enquanto,

documentos históricos que provem isso. O elo Ceará-Piauí tem de ser pesquisado em Portugal e nos Açores, com base em registros seiscentistas e setecentistas. Uma tarefa para nossos primos historiadores. Mas, com tanto amor pela história, de um lado e do outro da Ibiapaba, temos de ser parentes. O desejo de parentesco, como poderia ter dito o filósofo espanhol Unamuno, já é um começo de parentesco.